



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.515, DE 2024 **(Do Sr. Defensor Stélio Dener)**

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de despesas com aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE

AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL;

TRABALHO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54 RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. DEFENSOR STÉLIO DENER)

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de despesas com aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 8.036, de 1990, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

Art. 2º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

20

XXIII – para o pagamento de despesas com aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

§ 2º O Conselho Curador disciplinará o disposto nos incisos V e XXIII, visando beneficiar os trabalhadores de baixa renda e preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

.....(NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Segundo pesquisa do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o número de pessoas trabalhando no agronegócio brasileiro somou 28,6 milhões no primeiro semestre de 2024, representando 26,85% do total de ocupações do Brasil¹.

Esses dados revelam a importância do trabalho rural no País. Em 1988, a Constituição Federal igualou os direitos de trabalhadores urbanos e rurais, entre eles o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O FGTS é uma espécie de poupança forçada do trabalhador. Com os recursos do fundo, o trabalhador pode, por exemplo, adquirir moradia e investir em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, comprando ações de empresas em processo de desestatização.

O objetivo do presente Projeto de Lei é, atento às especificidades do trabalho rural, permitir o saque do FGTS para o pagamento de despesas com aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Essa é uma medida que vai contribuir sobremaneira para a subsistência do trabalhador rural e de sua família.

Os pequenos agricultores, ainda que em menor escala, também fazem uso da alta tecnologia adotada nas grandes propriedades rurais. Como esse maquinário é caro, os recursos acumulados no FGTS podem ajudar bastante na sua aquisição pelo pequeno produtor rural. Por isso, pensando principalmente no trabalhador rural ligado à agricultura familiar, que muitas vezes não consegue acessar linhas de crédito específicas, é importante criar essa nova hipótese de movimentação da conta vinculada do FGTS.

A propósito, dados do Anuário Estatístico da Agricultura Familiar revelam que a agricultura familiar brasileira é a oitava produtora de alimentos do mundo, respondendo por 23% do valor bruto da produção

¹ <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/mercado-de-trabalho-cepea-numero-de-pessoas-trabalhando-no-agronegocio-segue-renovando-recorde.aspx#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ocupada%20no%20agroneg%C3%B3cio,da%20participa%C3%A7%C3%A3o%20feminina%20no%20per%C3%ADodo> acesso em 13/11/2024



agropecuária do País e por 67% das ocupações no campo². Ou seja, o uso do FGTS para a aquisição de novos e modernos equipamentos e implementos agrícolas pelos pequenos agricultores, aumentando sua produtividade, é uma iniciativa positiva para o Brasil e para o mundo.

Por tudo isso, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante proposta legislativa.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado DEFENSOR STÉLIO DENER

² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/agricultura-familiar-e-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo> acesso em 13/11/2024





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8036-11maio-1990-365155-norma-pl.html
--	---

FIM DO DOCUMENTO